DocuSign Envelope ID: 19D3D2DA-72A0-469B-9FE3-4518627C816F

Sterlite Power

SERRA NEGRA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 45.912.973/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **Serra Negra Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Serra Negra")** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

Sociedade

A **Serra Negra Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Serra Negra")**, foi constituída em 14 de março de 2022 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Brazil Participações" ou "SBP" ou "Controladora"), cujas acionistas são: Sterlite Power Transmission Limited. e pela Sterlite Grid 5 Limited., ambas sediadas na Índia, apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.

Sterlite Brazil Participações S.A.

100,00%

Serra Negra Transmissão de Energia S.A.

Concessão

Em 30 de junho de 2022, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 05 do Leilão ANEEL nº 01/2022 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 10/2022 foi assinado em 30 de setembro de 2022, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 24.135, após entrada em operação para dezembro de 2026, mas com previsão de antecipação ao prazo contratual com a ANEEL.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados de Sergipe e da Bahia:

- Linha de transmissão Olindina - Itabaianinha, em 230 kV, circuito simples, C1, com extensão aproximada de 73,4 km, com origem na Subestação Olindina término na Subestação Itabaianinha;
- Subestação Nossa Senhora da Gloria II 230/69 kV, 2 x 150 MVA;
- Seccionamento na linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, Paulo Afonso III - Itabaiana C2, com extensão aproximada de 20 km para entrada da Subestação Nossa Senhora da Glória; e
- Unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, Instalações Vinculadas e demais Instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 19 de julho de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**13**	10
Prêmio de seguro		**28**	28
Total do ativo circulante		**41**	38
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo de concessão	6	**2.260**	–
Prêmio de seguro		**62**	93
Adiantamento a fornecedores e funcionários		**5**	–
Total do ativo não circulante		**2.327**	93
Total do ativo		**2.368**	131

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		**22**	–
Imposto de renda e contribuição social		**13**	–
Dividendos a pagar		**2**	–
Total do passivo circulante		**37**	–
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	7	**209**	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	**198**	–
		407	–
Patrimônio líquido			
Capital social (*)	8.a	**–**	–
Reserva de lucros	8.b	**230**	–
Prejuízos acumulados		**–**	(9)
		230	(9)
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	**1.694**	140
Total do patrimônio líquido		**1.924**	131
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.368**	131

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 400,00 (quatrocentos reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

	Capital social subscrito (*)	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Total
Constituição e integralização do capital social (*)	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	140	140
Prejuízo do exercício	–	–	–	(9)	(9)	–	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**–**	**–**	**–**	**(9)**	**(9)**	**140**	**131**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	**1.554**	**1.554**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	**241**	**241**	–	**241**
Constituição de reserva legal	–	**12**		**(12)**	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	**(2)**	**(2)**	–	**(2)**
Reserva de lucros a realizar	–	–	**218**	**(218)**	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**12**	**218**	**–**	**230**	**1.694**	**1.924**

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 400,00 (quatrocentos reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida		**1.990**	–
Remuneração do ativo de concessão líquido		**60**	–
Receita operacional líquida	9	**2.050**	–
Custo de implementação de infraestrutura	10	**(1.467)**	–
Lucro bruto		**583**	–
Despesas gerais e administrativas	11	**(142)**	(9)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		**441**	(9)
Despesas financeiras		**(2)**	–
		(2)	–
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**439**	(9)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	**(198)**	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**241**	(9)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**241**	(9)
Total de resultados abrangentes	**241**	(9)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes dos impostos de renda e contribuição social	**439**	(9)
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	**209**	–
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	**(2.260)**	–
Prêmio de seguro	**31**	(120)
Adiantamento a fornecedores e empregados	**(5)**	–
(Aumento) diminuição nos passivos operacionais		
Fornecedores	**22**	–
Tributos e contribuições sociais	**13**	–
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(1.551)**	(129)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital (*)	**–**	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	**1.554**	139
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**1.554**	139
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**3**	10
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**10**	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**13**	10

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 400,00 (quatrocentos reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Serra Negra Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Serra Negra"), foi constituída em 14 de março de 2022 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia está desenvolvendo as atividades preliminares para o início da implantação, com prazo contratual com a ANEEL para entrada em operação comercial em dezembro de 2026, mas com previsão de antecipação ao prazo contratual com a ANEEL. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105 - 12º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPG-VL") e Sterlite Power Grid 5 Limited ("Grid 5") ambas sediadas na Índia. A Companhia está em fase de construção com entrada em operação prevista para dezembro de 2026. Após a entrada em operação comercial, a Companhia terá direito a receita prevista no contrato de concessão de aproximadamente R$ 24.000, conforme detalhado mais abaixo na Nota 1.3. O orçamento remanescente previsto para a conclusão do referido projeto é R$ 247.000, sendo o montante de R$ 184.000 a ser incorrido nos próximos 12 meses e o montante remanescente nos exercícios subsequentes até a finalização das obras. Deste montante, a Companhia estima o aporte de capital de R$ 62.000 pela sua controladora e a parcela remanescente será obtida por meio de contratos de financiamento de longo prazo, o qual estão em fase de negociação. **1.2. Da Concessão:** Em 24 de maio de 2022, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 05 do Leilão de Transmissão da ANEEL nº 01/2022 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 10/2022 foi assinado em 30 de setembro de 2022, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste nas instalações de transmissão de energia localizadas nos estados de Sergipe e da Bahia, tais como: (I) Linha de transmissão Olindina - Itabaianinha, em 230 kV, circuito simples, C1, com extensão aproximada de 73,4 km, com origem na Subestação Olindina término na Subestação Itabaianinha; (II) Subestação Nossa Senhora da Gloria II 230/69 kV, 2 x 150 MVA; (III) Seccionamento na linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, Paulo Afonso III - Itabaiana C2, com extensão aproximada de 20 km para entrada da Subestação Nossa Senhora da Glória; e (IV) Unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, Instalações Vinculadas e demais Instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R$22.000, (R$24.135 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-2024) a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo art. 13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 3 de maio de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$ 205 (positivo em R$ 38 em 31 de dezembro de 2022). Contudo, a administração não entende esta situação como um risco, uma vez que para reverter esse ponto, as acionistas de sua controladora Sterlite Brazil Participações S.A. efetuarão aportes de capital, quando necessário, os quais serão utilizados nos pagamentos das obrigações com o projeto, diminuindo assim seu passivo circulante. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; • Contabilização de contratos de concessão. Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo da concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,73%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos

continua →★

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 24/07/2024 | 00:29:54 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 19D3D2DA-72A0-469B-9FE3-4518627C816F

Sterlite Power

SERRA NEGRA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 45.912.973/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. a) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual**: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referente à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável *("impairment"):*** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.8. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,73% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: Durante os exercícios de 2023 e 2022, a Companhia apurou os impostos no regime tributário Lucro presumido. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • CPC 50 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2); • Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	13	10
	13	10

6. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023
Saldo inicial	–
Receita de implementação e margem da infraestrutura	2.194
Remuneração do ativo de concessão	66
	2.260
Circulante	–
Não circulante	2.260

7. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Tributos diferidos

	31/12/2023
Imposto de renda diferido	146
Contribuição social diferida	52
IR e CS diferidos passivos	198
PIS diferido	37
COFINS diferida	172
PIS e COFINS diferidos	209
Tributos passivos	407
Passivo circulante	–
Passivo não circulante	407

Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido. (i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. b) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do IR e CS	(439)	–
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	149	–
Outras diferenças temporárias	49	–
Imposto de renda e contribuição social efetiva	198	–
Diferido	198	–
Alíquota efetiva	45%	–

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700.

	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2023
Ativo/passivo			
Imposto de renda	–	(146)	(146)
Contribuição social	–	(52)	(52)
Não circulante	–	(198)	(198)

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 14 de março de 2022, com capital social autorizado de R$ 400,00 (quatrocentos reais), divididas em 400 (quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R$1,00 (um real) cada uma. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 400,00 (quatrocentos reais) dividido em 400 (quatrocentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R$ 400,00 (quatrocentos reais). **b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC:** A Companhia recebeu da sua única acionista Sterlite Brazil Participações S.A., valores destinados a serem utilizados como futuro aporte de capital sem que haja a possibilidade de sua devolução, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$1.694 (R$ 139 em 31 de dezembro de 2022).

c) Reservas de lucros

	31/12/2023
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	241
Compensação de prejuízos anteriores	(9)
Constituição da reserva legal (i)	(12)
Base de cálculo de dividendos	220
Dividendos mínimos obrigatórios	(2)
Reserva de retenção de lucros (ii)	(218)
Saldo de lucros acumulados	–

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde à parcela de lucro líquido do exercício excedente à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. **d) Dividendos mínimos obrigatórios:** O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2023 foram distribuídos dividendos no montante de R$ 2 (não foram distribuídos dividendos 31 de dezembro de 2022 uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício).

9. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023
Receita operacional bruta	
Receita de implementação e margem da infraestrutura	2.194
Remuneração do ativo de concessão	66
Total da receita bruta	2.260
Tributos sobre a receita	
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura	(37)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(1)
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura	(167)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(5)
	(210)
Encargos setoriais	–
Receita operacional líquida	2.050
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 10)	(1.467)
Margem de implementação da infraestrutura	523
Margem %	35,65%

10. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2023
Edificações	(1.467)
	(1.467)

11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(140)	–
Tributos	(2)	–
Seguros	–	9
	(142)	9

12. SEGUROS

A Companhia possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 001/2022-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública. As garantias de indenizações, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R$10.512, com vigência de 5 de setembro de 2022 até 31 de março de 2027 junto à Austral.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

13.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	13	10
Passivos mensurados pelo custo amortizado	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	22	–

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **13.2. Gestão do capital:** A Companhia utiliza capital próprio para o financiamento de suas atividades. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **13.3. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 24/07/2024 | 00:30:07 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 19D3D2DA-72A0-469B-9FE3-4518627C816F

Sterlite Power

SERRA NEGRA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 45.912.973/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) Riscos de preço: As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Riscos de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros para financiamentos à Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada a índice inflacionário.

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2024, a acionista e controladora - Sterlite Brazil Participações S.A. aumentou o capital social da Companhia, no montante de R$ 1.695, mediante a subscrição particular de 1.694.787 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas à vista, por meio da conversão do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital.

DIRETORIA

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor

Jell Lima de Andrade
Diretor de Projetos

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Serra Negra Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Serra Negra Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Empreendimento em fase de construção:** Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia encontra-se em fase de construção. A conclusão total das obras de construção do empreendimento da Companhia, e o consequente início integral das operações, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como da obtenção dos recursos financeiros necessários, seja dos seus acionistas, ou de terceiros. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema. **Ênfase - Reservas de lucros excedentes:** Em 31 de dezembro de 2023, o saldo das reservas de lucros excede o capital social. De acordo com o artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), nesta situação a Assembleia dos Acionistas deve deliberar sobre a destinação do montante excedente. Conforme divulgado na Nota 14, por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2024, os acionistas decidiram realizar o aumento de capital da Companhia, realizando a integralização do capital social no montante de R$ 1.695 mil, com o objetivo de eliminar o excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao referido artigo da Lei das Sociedades Anônimas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de maio de 2024

EY Building a better working world

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 24/07/2024 | 00:30:14 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/